



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.375, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, nos termos do inciso I, art. 13 da Resolução 22/1998 - CEPE, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 24/2017 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.1.1 - Seleção 99: Departamento de Medicina - Processo nº 23071.015259/2017-73 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	RANIERI ALVES FERREIRA	5,77

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

Ministério da Fazenda

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A - CAIXAPAR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 10.744.073/0001-41 NIRE: 53300010277

ATA DA 107ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2017

I - Data, horário e local: 04 de outubro de 2017, às 14h00, por votação eletrônica. II - Convocação e presença: Os membros foram regularmente convocados para a reunião, na forma estabelecida no art. 10, 1º, do estatuto. III Votantes: Gilberto Magalhães Occhi, Presidente do Conselho, Osvaldo Garcia e Alano Roberto Santiago Guedes, Conselheiros. Secretária designada, Marciana Queiroz Figueirêdo dos Reis, Consultora Matriz da CAIXA Participações. IV - Ordem do dia: (i) PR 002/2017 CA CAIXAPAR que trata da indicação de nome para exercer o cargo de Diretor Executivo de Novas Aquisições da Caixa Participações S.A. CAIXAPAR; V - Deliberações: Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, o quanto segue: a) Aprovar a PR 002/2017 CA CAIXAPAR que trata da indicação de nome para exercer o cargo de Diretor Executivo de Novas Aquisições da Caixa Participações S.A. CAIXAPAR, conforme segue: a.1) Indicação do Sr. José Raimundo Santos Lima, brasileiro, casado, economiário, inscrito sob o CPF nº 358.677.791-49, residente e domiciliado na SCGV lotes 27,28,29,30 Torre 1 apto.907 SRIA Brasília/DF, matrícula CAIXA nº 034.486-3, para exercício do cargo de Diretor Executivo de Novas Aquisições da CAIXAPAR, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a recondução. VI - Encerramento, lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a votação e lavrada a presente ata, que, lida, conferida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração, passando a constar do livro próprio. Brasília, 04 de outubro de 2017. Conselheiros: Gilberto Magalhães Occhi, Osvaldo Garcia e Alano Roberto Santiago Guedes. Secretária designada: Marciana Queiroz Figueirêdo dos Reis.

OSVALDO GARCIA
Diretor Presidente

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Processos Administrativos Punitivos:

Julgamentos marcados para o dia 18 de outubro de 2017, na sede do COAF, situada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, Brasília (DF):

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000086/2014-93

Automiami Comercial Ltda. - EPP CNPJ 04.001.669/0001-59,

Silvio Roberto Anspach Júnior CPF 082.058.888-17,

Renato José Chamlian CPF 254.852.948-71,e

João Jorge Chamlian CPF 257.572.008-71.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: Alberto Tichauer - OAB/SP 194.909.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000007/2015-25

Sag Motos Ltda. - Me CNPJ 04.756.311/0001-36.

Relator: Tomás de Almeida Vianna

Procurador: Antonio Eduardo Batista de Souza - OAB/DF 43.702.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000024/2015-62
San Marco Comércio de Relógios, Joias e Artigos para Presente Ltda.
CNPJ 18.928.281/0001-02.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: César Augusto Braga Ribeiro - OAB/SP 189.202.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000042/2015-44

J. B Veículos Ltda. - Me. CNPJ 10.690.113/0001-10.

Relator: Gustavo Leal de Albuquerque

Procurador: João Victor Moura Lima - OAB/PE 32.778.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000009/2016-03

S.A.S. Comércio de Joias e Relógios Eireli - EPP CNPJ 12.432.919/0001-33.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000065/2016-30

SV Primo Eireli - Me CNPJ 10.310.965/0001-34.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000099/2016-24

Viacar Veículos Peças e Serviços Ltda. CNPJ 08.316.976/0001-80.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000102/2016-18

Cordial Distribuidora de Automóveis Ltda. CNPJ 85.102.549/0001-40.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000109/2016-21

J L Soluções Fomento Comercial Factoring Ltda. - Me CNPJ 20.657.337/0001-83.

Relator: Gerson D"Agord Schaan

Procurador: Rafael Santos de Freitas - OAB/RJ 172.991.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000111/2016-09

G R Fomento Mercantil Ltda. - Me, CNPJ 08.954.911/0001-60.

Relator: Gerson D"Agord Schaan

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000121/2016-36

Ana Carolina Curi Leite - Me CNPJ 06.289.647/0001-61.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000122/2016-81

H H J Costa - Me CNPJ 18.103.467/0001-22.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000125/2016-14

Paris Brasília Comércio & Importação de Bijuterias e Presentes Ltda.

- Me CNPJ 14.146.832/0001-25.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893. 000126/2016-69

Paris Master Comércio e Importação de Bijuterias & Presentes Ltda.

- Me CNPJ 07.725.523/0001-44.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000127/2016-11

Paris Pátio Comércio e Importação de Bijuterias & Presentes Ltda. -

- Me CNPJ 16.699.343/0001-26.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000129/2016-01

Yabe & Silva Ltda. - Me CNPJ 12.278.010/0001-72.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000159/2016-17

T P Motos e Peças Ltda., CNPJ 46.061.263/0001-01.

Relator: Gerson D"Agord Schaan

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000160/2016-33

Convem Comércio de Veículos e Motores Ltda. CNPJ 12.388.278/0001-67.

Relator: Marcus Vinicius de Carvalho

Procurador: Pedro Duarte Pinto - OAB/AL 11.382.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000163/2016-77

Safeway Motos Ltda., CNPJ 32.224.651/0001-51.

Relator: Gerson D"Agord Schaan

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000164/2016-11

Shimai Comércio de Veículos Ltda. - Me CNPJ 10.485.434/0001-82.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000165/2016-66

Vitória Caminhões Ltda., CNPJ 23.668.907/0001-29.

Relator: Gerson D"Agord Schaan

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000017/2017-22

Carmem Joias Ltda. - Me CNPJ 11.398.350/0001-74 e

Carmem Luciana Moreira Lampert CPF 819.344.329-20.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000019/2017-11

Andreia Rodrigues Santos - Me CNPJ 03.092.607/0001-37 e

Andreia Rodrigues Santos CPF 922.094.599-15.

Relator: Gustavo da Silva Dias

Procurador: não constituído nos autos.

Processo Administrativo Punitivo nº 11893.000029/2017-57

Equilibre Automóveis Ltda. CNPJ 14.636.063/0001-43.

Relator: André Luiz Carneiro Ortegá

Procurador: Lairto Estevão de Lima Silva - OAB/RR 946.

Brasília-DF, 16 de outubro de 2017.
ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES
Presidente do Conselho

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 499, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. LICENCIAMENTO DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR. DIREITOS DE DISTRIBUIÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO. INTANGÍVEIS. REGISTRO.

As importâncias remetidas por pessoa jurídica domiciliada no País a residente ou domiciliado no exterior, sob qualquer forma, como remuneração pelo direito de distribuir ou comercializar programa de computador (software), enquadram-se no conceito de royalties. Tais operações, por envolverem o licenciamento (autorização para usar ou explorar comercialmente direito patrimonial) dos direitos de propriedade intelectual se enquadram no conceito de intangíveis, devendo ser registradas no Siscoserv.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 449, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 25; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, art.1º, § 4º; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, art. 1º.

SISCOSERV. COMPUTAÇÃO EM NUVEM. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

As aquisições do exterior de autorizações de acesso e de uso de programas ou aplicativos disponibilizados em computação em nuvem (cloud computing), também conhecidos como Software as a Service (SaaS), devem ser objeto de registro no Siscoserv.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 25; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, art.1º, § 4º; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, art. 1º.

SISCOSERV. EMPRÉSTIMO. FINANCIAMENTO. REGISTRO.

Nas operações de empréstimos e financiamentos (serviços de concessão de crédito) realizadas entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior, o valor da operação a constar no Siscoserv constitui-se de todos os custos necessários para a efetiva prestação do serviço, não se registrando o valor do principal e dos juros.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 414, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, 14 de dezembro de 2011, art. 25; Instrução Normativa RFB nº 1.277, 28 de junho de 2012, art. 1º, §9º, incluído pela Instrução Normativa RFB nº 1.707, de 17 de abril de 2017; Manuais do Siscoserv - 11ª edição, instituídos pela Portaria Conjunta RFB/SCS nº 768, de 13 de maio de 2016.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA SOBRE CLASSIFICAÇÃO FISCAL. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta sobre classificação fiscal que não preencher os requisitos legais exigidos para sua apresentação.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 4º, 5º, 6º e 18.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.123, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: BAGAGEM ACOMPANHADA. ISENÇÃO. DECLARAÇÃO DE BAGAGEM ACOMPANHADA (e-DBV).

Bens adquiridos pelo viajante no exterior para utilização no Brasil, porém não destinados ao seu uso ou consumo pessoal durante a viagem, ainda que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, não se enquadram no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.

Bens adquiridos pelo viajante, no mercado interno ou no exterior, para utilização durante a viagem, em compatibilidade com as circunstâncias desta e destinados ao seu uso ou consumo pessoal, e que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, enquadram-se no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.